

RUP TURA



NÓS PAGAMOS



ELES ROUBAM



A “piratização” da RTP

A Comissão de Trabalhadores da RTP luta contra a privatização da empresa, defende um serviço público de qualidade e qualifica o visionamento de imagens feito pela PSP como um atentado à ética. Entrevistamos o seu porta-voz, Camilo Azevedo.

PÁG. 2

O FMI manda aqui?

O governo acha que sim. Depois de impor em 2013 um brutal aumento de imposto aos assalariados e pensionistas, quer cortar 4000 milhões na saúde, educação e salários da Função Pública para continuar a pagar a dívida e dar dinheiro aos banqueiros.

PÁG. 6

O segredo do Coelho

O facto de o governo (ainda) não ter sido despedido baralha muita gente. Milhares foram às ruas e fizeram greve geral, mas ele mantém-se, apesar de estar a transformar Portugal numa colónia alemã e a fazer andar para trás a vida dos portugueses.

PÁG. 7

Espanha de branco

Para defender o sistema público de saúde dos ataques de Rajoy, médicos, enfermeiros e funcionários tomaram as ruas do país, numa mobilização chamada de “Maré Branca”. O governo espanhol, como o português, quer entregar a saúde aos privados.

PÁG. 10



Um novo 15 de Setembro é urgente!

O ano novo apenas trouxe velhas políticas e receitas para agravar o desemprego, a miséria do povo e o corte nos salários e pensões que já são baixos. Passos Coelho e Paulo Portas, obedientes à troika e a Merkel, com a cumplicidade de Cavaco continuam o caminho de arrasar o povo, vender o país e os seus bens públicos e colocar mais de metade da população no desemprego e na pobreza.

Os actuais "donos do país" são uma camarilha de ladrões que governam e comandam a economia. Com o seu roubo continuado ao longo dos anos criaram uma dívida pública gigantesca que resulta da soma de numerosos casos onde se estacam bancos como o BPN, BCP, BPP e agora o BANIF (bem ligado às negociatas dos governantes da Madeira); os chorudos negócios das PPP, as privatizações de lucros sem encargos, e os muitos negócios lesivos para o sector público como são disso exemplo os casos dos submarinos ou das "sucatas", realizados pelos governos PSD/CDS ou PS que estão no poder em Portugal há mais de 30 anos.

Para nos fazerem pagar o roubo deles que agora tem o nome de "dívida" e continuarem a roubar impunemente estão a impôr ao povo uma austeridade sem fim e a querer tirar-nos o pouco que nos resta para entregar aos cofres das grandes empresas estrangeiras (principalmente alemãs) e da banca nacional e internacional. Esta é a política da União Europeia e da sua moeda ao serviço das multinacionais e do sector financeiro dirigido hoje pelo império alemão (com a Merkel ao comando), que pretende continuar a sugar a riqueza produzida nos países intervencionados, como é o caso de Portugal.

É por isso que as provocações não param e agora vem o FMI a dizer que vão continuar a despedir entre 10 a 20% na função pública (em números de trabalhadores significa entre 50000 a 100000 despedimentos), que vão continuar a reduzir salários e pensões, que nos vão fazer pagar mais para cuidarmos da nossa saúde e que nos vão destruir a escola pública (aumentar os horários dos professores e despedir 50 mil) para dar dinheiro a escolas privadas.

O povo já disse basta, como se viu nas gigantescas manifestações de 15 de Setembro de 2012, mas a oposição popular a este governo e a esta política não conseguiu que daí resultasse o fim deste governo. A maioria da população está contra ele, mas tal realidade não impede o governo de continuar a desgraçar o povo. O governo está apoiado pelo regime: a "oposição" parlamentar do PS não o quer parar porque também aceita a troika e quer que este governo faça o trabalho sujo da destruição; o presidente da República quer que o governo continue a proteger a "orquestra" de que ele é o chefe; e a oposição parlamentar à troika (PCP e BE) não apresentam uma alternativa unificada nem tiveram a política de dar uma saída imediata e com continuidade à grande expressão de revolta popular que se desencadeou no passado 15 de Setembro.

Sem alternativa, o movimento popular teve um recuo e o governo mais uma nova possibilidade de ganhar fôlego para continuar a sua política e aprovar um Orçamento para sufocar o povo e continuar a vender o país e os seus serviços públicos, como é o caso dos Aeroportos (ANA) que já está realizado e agora projecta vender os transportes de Lisboa.

O já existente descontentamento e oposição popular ao governo tem de se transformar em revolta e expressar-se nas ruas e empresas. É preciso reunir e unir as diversas expressões dos movimentos sociais e do movimento sindical e voltar a conseguir uma grande mobilização nacional como a que realizámos a 15 de Setembro. Mas desta vez, quando conseguirmos ter o povo na rua, tem de ser dada uma perspectiva de continuidade imediata até que este governo caia e esta política de roubo acabe. Esta é uma necessidade nacional e um passo no caminho daquilo que, cada vez mais, muitos consideram que é preciso: um novo 25 de Abril.

ENTREVISTA

Os capitalistas querem voltar ao século XIX

Camilo Azevedo é o porta-voz da Comissão de Trabalhadores da RTP, uma estrutura que tem marcado a agenda política do país. Eleita há um ano, opõe-se ativamente à privatização da empresa e defende um novo conceito de serviço público de rádio e televisão.



Entrevista de Cristina Portella

A RTP presta um bom serviço público?

A RTP nunca foi pensada como devia, ao longo de décadas nunca pensaram numa forma séria de servir à população. A RTP é uma criança abusada. Os partidos do poder a usam, põem lá pessoas. Porque para os políticos o serviço público começa e acaba no telejornal, o resto é paisagem. Bastava ir pela Europa e ver como é que se faz serviço público a sério. Fizeram sempre simulações de que isto tem concorrência. Mas os outros são canais comerciais, por isso não temos concorrência. A própria organização funcional da empresa é decalcada das comerciais. E a forma como a organização é também tem a ver com os conteúdos. Nós não gostamos dos conteúdos da RTP.

A responsabilidade é de quem?

O problema não é da RTP, mas da governança do país em geral. É preciso outra governança na RTP, é preciso ter outro respeito pelos trabalhadores, porque são parte atuante, e não alguém que anda ali a levar as grades de cerveja de um lado para o outro [o atual presidente da RTP foi presidente da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas]. Essa administração e a anterior não percebem onde estão. Nós precisamos de pessoas excecionais à frente da RTP.

Qual a opinião dos trabalhadores sobre a privatização?

É evidente que somos contra a privatização. Até a Constituição diz que aquilo tem de ser público. O nome mais correto nesse momento é piratização. A RTP tem 75 anos de rádio e televisão, tem um grande património. As peças do Museu da Rádio são únicas, vão privatizar aquilo porquê? Outra coisa: temos um acervo de partituras, das antigas orquestras, e isso vai ser privatizado? Parece tudo um disparate. É uma combinação de almoço. Os outros operadores comerciais de televisão disseram que não era oportuno o negócio, e

eles querem ir para a frente com o negócio. E já apresentaram os cenários mais mirabolantes.

Como o último, que prevê a privatização de 49% da empresa...

A Constituição diz que aquilo tem de ser gerido publicamente. Então vão privatizar, mas tem de ser gerido publicamente... E os 49% recebem uma taxa, que é quase um imposto, porque toda gente tem eletricidade, e paga! Porque o CAV [Contribuição Audiovisual] é quase um imposto. E esse imposto vai para um privado? Há aqui muitos problemas de direito, de Constituição, de cidadania... Isso é um disparate e os portugueses sabem. Como foi a TAP. Agora a televisão pública ir parar num *off shore* do Panamá! [A principal proprietária da empresa angolana Newshold, interessada em comprar a RTP, está registada na cidade do Panamá] E mesmo essa questão da nomenclatura angolana, não é dos angolanos, do povo; toda gente sabe de onde vem esse dinheiro. Tem alguma lisura aquele dinheiro? Há aqui um problema ético gigante.

Por falar em problemas éticos, há um outro...

O caso das imagens, que é um caso gritante. Como é que é possível diretores acharem normal ter a polícia a visionar imagens de uma manifestação numa redação? [agentes da PSP visionaram imagens da manifestação da greve geral de 14 de novembro] É um problema de ética! A partir daí está tudo dito! Quem foi, quem não disse... Mas algum [diretor] pôs o seu lugar à disposição quando outros quiseram ou consentiram? A polícia entrou porque alguém os deixou entrar, os convidou. Que eu saiba a polícia não arrombou a porta da RTP e de um diretor para ir lá visionar as imagens! Isso é muito grave! Para nós, trabalhadores, isso é a metáfora da falta de qualidade dos diretores que nós temos e da administração que

temos. Agora há outra coisa que para nós, trabalhadores, é muito complicada. Para que serviriam essas imagens? Era para o Ministério Público apresentar para as pessoas que foram apanhadas naquela também encenação? Porque houve aqui várias encenações. Nós estamos num país a encenar. Gerido por encenadores primários. E as imagens fizeram parte. Por isso nós não ficámos nada contentes com o papel ético que os diretores tomaram.

Por que a CT da RTP passou a marcar a agenda?

Nós marcamos a agenda porque a RTP marca a agenda. Porque o disparate do governo sobre a RTP também marca a agenda, o mediatismo que o disparate traz. Agora, também nós sabemos, na história da luta dos trabalhadores, que as comissões de trabalhadores têm sido muito usadas como uns *transfers* das administrações em relação aos trabalhadores; muitas comissões estão divididas ou por sindicatos ou por partidos, e tornam-se inoperacionais. Devido a termos uma nova linguagem, nós temos o respaldo dos trabalhadores e cá fora. As associações de estudantes convidam-nos para ir lá falar sobre a nossa luta e o que se passa em Portugal, porque fazemos parte da nova gramática da luta em Portugal.

E o que se passa em Portugal?

O país está a definhar, a RTP está a definhar, está tudo a definhar... Quem lê os romances de Dickens e vê o que era o trabalho e aqueles ambientes percebe que é o objetivo dos nossos merceeiros [governantes] e dos nossos capitalistas para o povo. Um retorno ao século XIX. É o sonho deles. Mais que ler o Orçamento, devemos ler Dickens, para perceber o que eles querem. E quem pode fazer a saída do definhamento são os cidadãos. E uma nova forma de fazer política. Uma nova forma de trabalhar na sua empresa, no seu bairro, para depois influir na vida do país.

ANA, lucrativa e estratégica, torna-se francesa

Caso não seja travado, depois da ANA e da tentativa falhada da TAP, será a vez de o governo privatizar as Águas de Portugal, a RTP, a CP Carga, os Correios e a Caixa Seguros, o setor mais lucrativo da Caixa Geral de Depósitos.



Após ter sido concluída a privatização da EDP e REN, o governo virou-se para o sector aéreo. Para além de roubar os nossos salários, vender os bens públicos para tapar buracos do défice e continuar a pagar os juros da dívida e injetar dinheiro na banca, como o demonstra o recente caso do Banif, continua a ser a receita geral do governo Passos/Portas/Gaspar. Com a bênção da troika, é claro.

TAP em “stand by”

Após a candidatura do grupo Sinergy, dirigido por Germán Efromovich, ter sido a única apresentada, esta não foi aceite, embora o governo a tivesse considerado tecnicamente válida. De acordo com declarações da secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, a Sinergy não foi capaz de assegurar os meios financeiros para assumir a dívida da empresa e garantir a sua recapitalização. O chumbo da privatização da TAP possivelmente deveu-se ao veto da banca, intranquila ao ver que a dívida da empresa mudava de dono. Do Estado - um devedor seguro - passaria para as mãos de um grupo incapaz de assegurar o seu pagamento.

Efromovitch ainda fez algumas concessões adicionais, como o aumento do montante a entregar diretamente ao Estado, mas as negociações ficaram para já suspensas, embora o

grupo Sinergy tenha afirmado que não tenciona desistir do negócio. A compra da TAP envolvia 1.5 mil milhões de euros, sendo que apenas 35 milhões entrariam diretamente nos cofres do Estado, dinheiro insuficiente até para a compra de dois aviões de pequeno porte.

A venda da TAP era justificada pelo governo pela necessidade de passar adiante a dívida da empresa e fazer investimentos que o Estado não teria condições de garantir. O problema é que, num momento em que as operadoras aéreas acumulam prejuízos, poucos investidores poderiam interessar-se pelo negócio, a não ser que não precisassem desembolsar os valores definidos no contrato de venda. É aí que entra Efromovich.

Na verdade, mesmo do ponto de vista da lógica capitalista, a venda da TAP para o dono da colombiana Avianca constituía um negócio bastante nebuloso, envolvendo nomes igualmente “nebulosos” como o do ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, e de José Dirceu, nº 2 do ex-presidente brasileiro Lula da Silva e condenado a mais de 10 anos de prisão por formação de quadrilha e corrupção ativa.

Os franceses do grupo Vinci venceram o concurso para a privatização, tendo oferecido 3080 milhões de euros pela empresa,

dos quais 100 milhões terão que ser pagos antecipadamente a título de encaixe direto por parte do Estado português.

Negócios com PPPs

Este grupo económico possui negócios na área da construção civil, está presente na gestão de dez aeroportos e várias estruturas ferroviárias e rodoviárias na Europa e é acionista da Lusoponte, a primeira Parceria Público-privada (PPP) portuguesa, responsável pela ruínoza - para os cofres do Estado e os bolsos da população - gestão das pontes 25 de Abril e Vasco da Gama.

O governo optou por considerar a mais elevada oferta em valor, apesar de reconhecer certas limitações técnicas do projeto do grupo Vinci, bem como a sua relativamente pouca experiência na gestão aeroportuária.

A ANA é uma empresa altamente lucrativa, cujos resultados vêm melhorando ano após ano.

Governo criticado

Com a privatização da ANA, Portugal será um dos dois únicos países da União Europeia, ao lado do Chipre, com 100% dos seus aeroportos em mãos de uma entidade privada. Segundo pesquisa do jornal *Público*, mais de metade dos países da UE continuam a ter o Estado como único proprietário das suas infraestruturas

aeroportuárias.

A gestão dos aeroportos é ainda considerada o melhor negócio existente em Portugal gerando margens financeiras de 47%, estando o Estado na iminência de ficar privado desta receita e contribuindo deste modo para o aumento da dívida pública e do défice.

Também a Comissão de Trabalhadores da ANA criticou o acordo e o facto de não ter sido consultada sobre o processo de privatização nem sobre a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores em termos de condições laborais e organização do trabalho. A salvaguarda destas condições apenas foi mencionada em declarações públicas de responsáveis, não constituindo deste modo uma garantia real.

Uma questão de fundo nessa transação relaciona-se com a questão do défice público. O governo já se tinha comprometido a vender a ANA até ao final de 2012, mas, entretanto, já obteve metade do encaixe financeiro previsto (80 milhões dos 160 acordados), através da concessão dos aeroportos nacionais à própria ANA. Este artifício contabilístico permitiria manipular as contas do défice para tentar mantê-lo nos 5% acordados com a troika para 2012, apesar de não ser certo que esta medida seja aceite pela Comissão Europeia.

Nuno Santos

Economistas contra a privatização

Um grupo de economistas europeus divulgou um manifesto de oposição às privatizações da TAP e da ANA centrando-se nos seguintes aspetos: trata-se de duas empresas com interesse estratégico para a economia portuguesa. A TAP transporta milhões de passageiros e assegura ligações internas e com o estrangeiro imprescindíveis, nomeadamente com as comunidades de emigrantes; são empresas cruciais para o maior sector de exportação nacional, o turismo. A perda de

controlo sobre este sistema de acessos constitui um golpe na economia do país; o monopólio dos transportes aéreos seria entregue, no caso da venda da TAP ter sido fechada, a duas empresas privadas estrangeiras, cujos interesses podem ser contrários aos do país; estas privatizações acentuam o défice e a dívida pública, já que, só em 2011, geraram ativos financeiros de 158 e 199 milhões de euros, respetivamente para a TAP e para a ANA.

BÚSSOLA ■



Revolta na Índia

A violação e morte de uma jovem de 23 anos em Nova Deli, no final de dezembro passado, provocou um levantamento popular em defesa das mulheres e pela punição dos criminosos nunca visto naquele país. A resposta do governo, habituado a lidar com esse tipo de crime atribuindo a responsabilidade à vítima, foi violenta, com polícias a atirar com armas de fogo sobre a população e matando um jornalista. O comandante da polícia chegou a sugerir que as mulheres não andassem sem acompanhante masculino, caso contrário seriam as únicas culpadas pelo que lhes acontecesse. Os manifestantes ficaram ainda mais indignados e continuaram nas ruas a exigir justiça. A Índia é um dos países com maior registo de violações - cerca de 600 só este ano em Nova Deli. A taxa de condenação por violação nesse país, apesar de ter caído dos 46% em 1971 para apenas 26% na atualidade, ainda é superior à de países como Reino Unido, Suécia e Estados Unidos.



Feiras, Festas e Romarias também são cultura!

O governo decidiu castigar o povo e retirar-lhe o direito à diversão, isto porque, quando aplicou o IVA de 23% aos feirantes, condenou-os a uma morte lenta, pois não conseguem suportar o aumento do imposto, nem os sucessivos aumentos dos combustíveis, nem o pagamento das ex-SCUT. São justas as reivindicações dos feirantes, que querem ser considerados agentes culturais e pedem redução do IVA para 13% à semelhança do que acontece com os circos, espetáculos de teatro e cinema. Para isso, através da Associação Portuguesa das Empresas de Diversão, requereram uma audiência com vários ministros, que ainda não encontraram tempo para os receber.

Para pressionar o governo, estão mobilizados de 8 a 31 de janeiro em Lisboa, com alguns dos seus equipamentos, no Largo Camões e junto ao Ministério das Finanças. Devemos ser solidários com esta luta! Não deixaremos a troika privar-nos das nossas tradições!

Lina Pereira

MEO cresceu 185% durante a implementação da TDT

O investigador brasileiro Sérgio Denicoli, professor da Universidade do Minho, não imaginava, quando começou a sua tese de doutoramento sobre a implantação da Televisão Digital Terrestre (TDT) em Portugal, que iria incomodar tanto alguns dos poderes instalados no país. Dois dias após à defesa da tese, em finais de outubro do ano passado, a Portugal Telecom (PT) e a Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom) ameaçaram-no com processo. Esta entrevista, feita por e-mail, poderá ser lida na íntegra no site do MAS.

Entrevista de Eduardo Velosa



O que te levou a abordar a TDT na tua tese de doutoramento?

A televisão sempre foi um meio que me fascinou. Desde criança eu planeava descobrir o que estava por trás daquela caixa mágica que exibia imagens capazes de entreter, informar e até mesmo emocionar os telespectadores. Logo que me formei em jornalismo, tive a oportunidade de trabalhar em televisão. Comecei como produtor local numa das filiais da Globo no Brasil, depois passei a repórter, editor e produtor nacional. Em 2004, ingressei na Universidade do Minho, onde desenvolvi uma dissertação sobre o jornalismo televisivo internacional. Antes mesmo de finalizar o mestrado fui convidado a dar aulas nessa universidade sobre rádio e TV.

Quando decidi fazer o doutoramento eu já estava plenamente envolvido com a academia. Eu pretendia continuar a estudar a televisão, mas queria também algo que envolvesse a tecnologia. Optei então por estudar a TV digital terrestre, cuja implementação ainda era algo nebuloso. O que eu não esperava é que uma tese, que inicialmente se focava na análise da programação televisiva, fosse caminhar para a economia política dos *média*. Mas foi algo inevitável, uma vez que, no estágio em que a TDT se encontrava, eram as relações políticas e económicas que iriam ditar as regras da televisão do futuro.

Quais as principais conclusões a que chegaste?

Cheguei à conclusão de que em Portugal as lógicas das grandes empresas prejudicaram

a oferta de mais canais e de serviços televisivos interativos, que eram as principais promessas da TDT. Tudo isso foi feito com a anuência do regulador das telecomunicações, que parece ter sido capturado pela Portugal Telecom, que foi a empresa responsável pela implementação da rede de TDT. A captura do regulador é considerada um ato de corrupção, pois beneficia o poder privado a partir de algo que é público. Encontrei indícios de captura no processo da TDT portuguesa e fiz esta denúncia no meu estudo, de forma a estimular os órgãos competentes a investigarem o processo para que, em caso de comprovação desses indícios, os envolvidos fossem punidos e a população não fosse prejudicada.

Houve uma reação agressiva por parte da Portugal Telecom que não se justifica, e que classifico como uma tentativa de intimidação e de censura da liberdade de expressão e de investigação. Os meios de comunicação focaram-se na polémica, mas poucos tiveram o cuidado de ler a tese e questionar as autoridades a respeito dos pontos obscuros sobre a implementação da TDT que apresento no estudo.

Até hoje não sabemos, por exemplo, o motivo da Anacom ter alterado o contrato que desobrigava a PT a arcar com os custos de receção do sinal nas zonas de sombra, o que onerou a população e criou uma situação de desigualdade em relação aos cidadãos que estavam em zonas cobertas pelos sinais da TDT. Não sabemos nem mesmo quantas pessoas foram beneficiadas com os subsídios destinados à compra dos descodificadores. Os sinais apresentam muitas falhas e a oferta de canais é a mais

pobre entre os países da União Europeia. O resultado foi o crescimento gigantesco do mercado de TV paga, sobretudo o MEO, da PT, que teve o número de clientes aumentado em 185% durante o período de implementação da TDT.

Achas que a promiscuidade entre os reguladores, os grupos económicos e o governo foi um caso isolado ou é algo que acontece frequentemente?

A promiscuidade entre reguladores, empresas reguladas e partidos políticos pode ocorrer em qualquer país. Na democracia o poder principal, teoricamente, está nas mãos dos cidadãos. No entanto, em casos como o da TDT, as empresas envolvidas podem criar um cenário que impede que a informação correta chegue às pessoas e, assim, evitam um debate claro e amplo sobre a tecnologia a ser implementada, fazendo com que seus interesses, voltados exclusivamente para o lucro, se sobreponham aos interesses da população.

O poder excessivo das grandes empresas tem suscitado protestos em todo mundo. As pessoas estão cansadas de serem exploradas. O poder económico não enxerga o ser humano e transforma a todos em meros números, pois está focado apenas em seus ganhos desmedidos, seus lucros exacerbados.

O capitalismo selvagem é uma doença que precisa ser erradicada, pois ela contamina agentes políticos, agentes de regulação que deveriam primar pelos interesses da população, minam poderes que deveriam garantir um equilíbrio social. Estamos todos fartos disto.

“A solução é passar o país a limpo”

Qual a posição dos partidos de esquerda, em particular o BE e o PCP?

Houve algumas iniciativas louváveis por parte dos partidos de esquerda, nomeadamente o BE e o PCP. No entanto, foram pouco contundentes. Esses partidos têm um espaço de atuação limitado porque são engolidos pelo sistema que privilegia os partidos do bloco central. Alguns deputados chegaram a solicitar informações sobre a TDT, e atendi-os prontamente, mas a própria agenda política impediu-os de formar frentes mais aprofundadas para analisar o caso. Além disso, sinto que há um certo constrangimento, mesmo dos partidos de esquerda, em enfrentar o poder económico. Não conseguem vislumbrar armas para combater o poder económico nocivo, pois estão inseridos e devidamente enquadrados num sistema político falido, que não representa mais os cidadãos.

Qual será a solução para casos como este?

A solução é passar o país a limpo, acionar a justiça, denunciar, combater, lutar por um Portugal mais justo. Pode até pare-

cer piegas o que vou dizer, mas acho que falta mais amor para defender a pátria de quem tenta roubá-la, de quem tenta deturpar a sua ainda frágil democracia estabelecida a duras penas. Sou um eterno otimista. Acredito que temos que fazer a nossa parte, vencer o medo, lutar pelo que acreditamos. A indignação das pessoas, que vejo manifesta em todo lado, não pode estar restrita às paredes de casa. É preciso ir às ruas lutar. E, ainda mais importante, é preciso votar.

O voto pode mudar um cenário político. É difícil apresentar soluções alternativas, mesmo porque os meios de comunicação de massa estão muito aptos a manter o status quo e nem mesmo dão espaço a ideias diferenciadas, a grupos políticos de cores diferentes das usuais. Mas hoje temos as redes sociais online e através delas é possível difundir ideias e mostrar às pessoas que há sim alternativas. O povo está carente, necessita de um líder digno, correto, que realmente se importe com ele e que não seja hipócrita, cheio de sorrisos e promessas até chegar ao poder e trair quem o elegeu. Penso que chegamos à era da verdade e a mudança será inevitável.

O fracasso digital

Com o título de “TDT: a promessa digital”, o TeK, portal Sapo da Portugal Telecom, revelou que 34% dos 3.260 votantes nos 10 maiores fiascos tecnológicos do ano de 2012 apontaram a TDT como merecedora de encabeçar a lista. “Ao contrário do que acontece noutros países a geração digital da TV em sinal aberto não trouxe novos

canais, mas trouxe custos”, avalia o artigo. “Passar do analógico para o digital, para quem não tem um televisor de última geração, obrigou a despesas com descodificador ou com uma solução de satélite, para quem reside em zonas onde o sinal da TDT não chega.”

De facto, pelos menos seis meses depois do fim do sinal analógico de televisão, segundo informava a imprensa, ainda havia muitas casas onde não era

possível ver televisão. Só de abril a outubro de 2012 a Anacom recebeu cerca de 8 mil queixas.

A situação é bem diferente em outros países europeus. Na Inglaterra, por exemplo, a TDT está acessível a 99% da população e oferece mais de 20 canais em vez dos cinco transmitidos pelo sinal analógico. Na França, há 19 canais em sinal aberto e a promessa de mais seis.



A quem serve a polícia?

É urgente poder responsabilizar os mandantes deste atentado contra a Constituição da República Portuguesa que garante o nosso direito a uma sociedade livre

Ainda no rescaldo da manifestação de 14 de novembro, dia de greve geral e da maior carga policial feita em Portugal nos últimos vinte anos, cabe fazer a pergunta “A quem serve a polícia?” Primeiro, porque a intervenção foi descabida, desproporcionada e selvática; segundo, porque foram constituídos arguidos cidadãos inocentes selecionados aleatoriamente; e, terceiro, porque, além disso, o episódio se estendeu aos média quando a PSP forçou a RTP a entregar imagens e sons que serviram apenas para fins jornalísticos num claro atentado ao direito do sigilo profissional dos jornalistas e sem prévia autorização judicial.

Quem ordenou a carga?
A gravidade quer dos factos quer dos desenvolvimentos seguintes permanece numa nebulosa de interrogações sem respostas, sendo a mais óbvia a de saber quem ordenou a carga e como, isto é, terá sido dada a ordem de bater indiscriminadamente, de encurralar manifestantes de encontro ao muro em frente a S. Bento? E para que serviu varrer e perseguir manifestantes e transeuntes numa corrida louca até ao Cais do Sodré, bem longe do local inicial da concentração, ou a polí-

cia foi acometida de loucura e agiu em excesso de zelo?
Não nos parecendo que tenha sido uma reação autónoma é de todo o interesse público saber a quem imputar a responsabilidade deste atropelo aos direitos dos trabalhadores e da população em geral de contornos muito graves e preocupantes, pois prenunciam um estado em que as liberdades e os direitos são violados na mais absoluta impunidade.
Também está por esclarecer a presença de agentes à paisana, que supostamente fariam a detenção dos indivíduos considerados perigosos ou que talvez tenham agido como provocadores. Talvez assim se explique a relativa passividade com que aguentaram um apedrejamento durante cerca de duas horas com transmissão em direto na TV (para confundir a população e justificar o ataque?)

Métodos “pidescos”
Não sabemos quantas pessoas foram indiciadas a partir de investigações fotográficas aleatórias e atentatórias às liberdades de expressão e manifestação. Sabemos, sim, que no dia 14 de novembro várias pessoas ficaram horas detidas nas esquadras do Calvário e Monsanto (porquê Monsanto?),

onde foram utilizados procedimentos de revista corporal completamente desadequados à situação, sendo os detidos despidos e obrigados a fazer agachamentos enquanto eram insultados pelos agentes da autoridade, para além de terem sido coagidos a assinar papéis com espaços em branco.
Não tendo nós até à data conhecimento do prosseguimento dos casos em fase de inquérito, sabemos apenas através da comunicação social e da Internet que alguns manifestantes estão a ser investigados. Como, por exemplo, Paula Montez, ativista dos Indignados que através do Facebook nos dá conta que foi convocada por telefone, carta e correio eletrónico para se apresentar no DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal) de Lisboa, onde foi constituída arguida ficando com termo de identidade e residência.
É urgente poder responsabilizar os mandantes deste atentado contra a própria Constituição da República Portuguesa no que diz respeito ao abuso de poder (art. 31), ao direito de resistência (art.21), à liberdade de imprensa (art.38) e ao 1º artigo que garante o nosso direito a uma sociedade livre.

Lina Pereira

Criminalização do protesto

Enquanto os ladrões do BPN e outros que tais estão por aí à solta, a polícia entretém-se a criminalizar quem não deve, a mando sabemos de quem. Este é o caso de Myriam Zaluar. Por ter, no dia 6 de março de 2012, participado num protesto contra o desemprego no Centro de Emprego do Conde Redondo,

em Lisboa, juntamente com outros ativistas do Movimento Sem Emprego (MSE), foi identificada pela PSP. Acabou por ser acusada de desobediência qualificada, pela qual seria julgada a 10 de janeiro passado. Em declarações à agência Lusa, considerou “ser absolutamente ridículo” e no mínimo “estranho” que este caso seja levado ao tribunal.

Blog do pensamento socialista

A elaboração marxista em movimento feita por intelectuais solidários com o PSTU



O blog “Convergência, pensamento socialista em movimento”, é uma “iniciativa de intelectuais-universitários solidários com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)”, do Brasil. O seu objetivo é “intervir no movimento de ideias existente nas universidades, conformando uma corrente de opinião que contribua para a análise de classes da realidade brasileira e internacional e promova a difusão do pensamento socialista”.
“O blog”, explicam os seus animadores, “foi concebido como um ponto de convergência, um lugar de encontro de militantes e intelectuais socialistas que estão nas universidades brasileiras e participam dessas iniciativas. Ele não se opõe a outras iniciativas de difusão das ideias socialistas, mas distingue-se por um compromisso nítido com um programa político e com a intervenção prática. Embora o blog tome partido, aceita a colaboração de intelectuais que não sejam filiados ao PSTU mas se identifiquem com alguns pontos de seu programa.”

Alguns posts

Um dos artigos mais recentes, escrito por Felipe Demier, conta um pouco da história do trotskismo no Brasil. “A primeira geração dos trotskistas brasileiros (cujos militantes se autodenominavam ‘bolcheviques-leninistas’) organizou-se primeiramente no interior do PCB por intermédio do Grupo Comunista Lenine (GCL), fundado em 1930. Em janeiro de 1931, o GCL passaria a se chamar Liga Comunista do Brasil (LCB), organização que mantinha relações diretas com a Oposição de Esquerda Internacional (OEI), liderada por León Trotsky.”

Soraya Misleh, no artigo “Palestina livre não passa pela ONU, mas pela resistência e por revoluções”, analisa as consequências da aprovação, em 29 de novembro último, pela Assembleia Geral da ONU, do pedido de reconhecimento da Palestina como estado observador, feito pelo presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas.
“Não obstante o resultado tenha sido festejado nas ruas da Cisjordânia - território palestiano ocupado militarmente em 1967 e reduto da ANP - e apresente-se como uma derrota ao estado sionista e aliados, não há motivos para comemorar. A principal razão é que o *status* obtido na ONU não contempla a totalidade do povo palestino, mas somente 1/3 - essencialmente os que vivem na Cisjordânia e em Gaza.”
Numa recensão do seu livro *Um reformismo quase sem reformas*, em que analisa o governo do ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, Valério Arcary escreve que existem duas interpretações do significado do governo Lula. A dominante defende que “ele deve ser qualificado pela redução da miséria absoluta e pela diminuição da desigualdade social”. A hipótese do historiador contraria esta interpretação e acredita que “o trabalho de investigação histórica irá diminuir o balanço do governo Lula, e revelar que houve muito mais continuidades do que ruturas com os governos anteriores”.
No blog “Convergência” há ainda teses e artigos publicados em revistas científicas.

O endereço é:
<http://www.blogconvergencia.org/>



Basta de roubar o povo! Fora o governo e a troika!

O novo ano começa com um brutal aumento de impostos para os trabalhadores e uma nova injeção de milhões de euros para a banca

Já todos percebemos que o Ano Novo será tudo menos “próspero” para quem trabalha ou trabalhou, para quem estuda, tem um pequeno negócio ou está simplesmente desempregado. A juntar ao aumento de impostos brutal a que se resume o Orçamento de Estado (OE) para 2013, vamos ter aumentos nos preços das rendas de casa (+3,4%), dos transportes públicos (+0,9%), da eletricidade (+2,5%), do gás (+2,5%), das portagens (+2,03%), das taxas moderadoras (+0,9%), das telecomunicações (+3%).(DN, 31/12) A maior parte deles muito superiores à taxa de inflação estimada, que é de 0,9%.

Em suma, não basta tirarem-nos diretamente do salário e da pensão pela via dos impostos, ainda agravam o custo de vida numa maneira escandalosa e imoral.

Benesses do governo para as grandes empresas e a banca

Quem vai poder aguentar esta situação por muito mais tempo? É a pobreza generalizada de todo um povo que estão a organizar! A não ser que resistamos e travemos esta quadrilha institucional que está instalada no poder e toma conta das nossas vidas, a começar pelo governo da troika e a acabar nas empresas privadas de eletricidade,



gás, telecomunicações, nas Brisas, etc..

Para as grandes empresas não há crise: elas somam e seguem nos lucros e na chamada “saúde” financeira. Das vinte empresas do PSI-20 da Bolsa de Lisboa, doze terminaram o ano de 2012 em alta - por exemplo a EDP, a Sonae, a Mota-Engil. E pode ser que o ano de 2013 seja ainda melhor, já que o governo se prepara para reduzir o IRC, o imposto sobre os lucros das empresas, dos atuais 25% para... 10%. Uma autêntica benesse para quem é dono e senhor do capital!

Quanto aos bancos, não precisam de se preocupar com a sua saúde: ela está garantida pela injeção de dinheiros públicos, a maior parte dos quais provêm dos impostos de quem trabalha ou trabalhou. Salvar os bancos é, na realidade, a principal medida de economia que o governo de Passos Coelho tem tomado: privatiza e salva bancos. Em termos de política económica, não faz mais nada. Foi nesta mesma linha que anunciou recentemente mais uma injeção de milhões de euros do Estado num banco: desta vez, €1100 milhões no Banif.

Mil e cem milhões que se juntam aos 5,6 mil milhões já utilizados para recapitalizar outros três bancos (BCP, BPI e CGD) desde que a troika entrou em Portugal, em Maio de 2011... Quase 7 mil milhões do erário público para quatro bancos, três dos quais privados, enquanto o povo faz contas à vida e ao dinheiro que vai perder em roubo do seu rendimento e em aumento do custo de vida! E dizem-nos que não há dinheiro e que o “país” tem que fazer “sacrifícios” ... Qual país? O dos trabalhadores para manter

os privilégios dos banqueiros?!

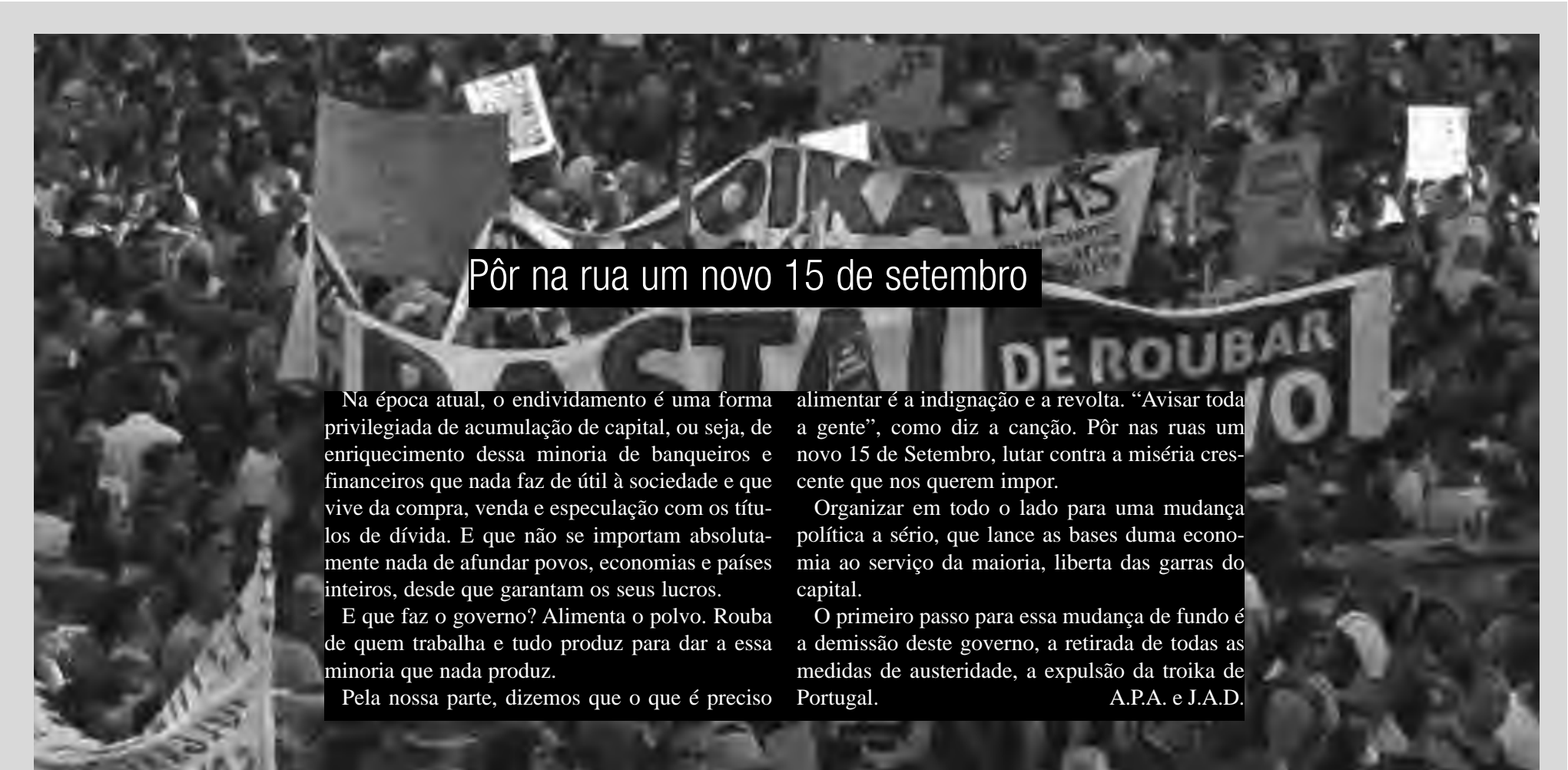
Já pagámos o suficiente, suspendamos o pagamento!

Para a banca não vão apenas as injeções diretas do governo. Vai também a fatia que o próprio Estado tem que pagar devido à dívida dita soberana que contraiu junto deles: este ano serão €7164 milhões, só em juros. E é preciso não esquecer que as famílias trabalhadoras deste país continuam altamente endividadas à banca devido sobretudo aos empréstimos que contraíram para aquisição de habitação.

Durante décadas pagamos casas que, todos temos a noção, estariam pagas e mais que pagas ao fim de alguns anos se não fossem os juros exorbitantes. Tal como estão pagas as pontes e autoestradas, e apesar disso continuam a cobrar-nos portagens! Para bem da Brisa, da Mota-Engil...

Não é lícito então supor que a dívida do Estado português está igualmente a ser inflacionada por juros extorsionários, como as nossas casas, pontes e estradas? Se calhar a dívida pública está paga e mais que paga! Fizesse-se uma auditoria independente, e logo se veria...

O povo português está farto de pagar, e para os mesmos de sempre! **Ana Paula Amaral, com a colaboração de J. A. Dias**



Na época atual, o endividamento é uma forma privilegiada de acumulação de capital, ou seja, de enriquecimento dessa minoria de banqueiros e financeiros que nada faz de útil à sociedade e que vive da compra, venda e especulação com os títulos de dívida. E que não se importam absolutamente nada de afundar povos, economias e países inteiros, desde que garantam os seus lucros.

E que faz o governo? Alimenta o polvo. Rouba de quem trabalha e tudo produz para dar a essa minoria que nada produz.

Pela nossa parte, dizemos que o que é preciso

alimentar é a indignação e a revolta. “Avisar toda a gente”, como diz a canção. Pôr nas ruas um novo 15 de Setembro, lutar contra a miséria crescente que nos querem impor.

Organizar em todo o lado para uma mudança política a sério, que lance as bases duma economia ao serviço da maioria, liberta das garras do capital.

O primeiro passo para essa mudança de fundo é a demissão deste governo, a retirada de todas as medidas de austeridade, a expulsão da troika de Portugal.

A.P.A. e J.A.D.



Passos Coelho ainda é primeiro-ministro. Porquê?



A maior surpresa do ano que findou não é qual a razão porque Paulo Portas, o rei da camuflagem e do oportunismo político, não tirou o tapete ao PSD e provocou eleições antecipadas em Portugal. Não teríamos muito que escrever de tal modo evidente os vais e vens deste dirigente demagógico da direita portuguesa. O que mais intrigou toda a gente foi qual a razão ou quais as razões porque Passos Coelho, apertado por gigantescas manifestações de massas em 15 de Setembro de 2012, ainda não se demitiu?

É certo que se viu obrigado a recuar e retirar uma medida

governamental (a redução da TSU para os empresários), algo nunca visto na Europa, pelo menos desde 2008. Mas consegue fazer sobreviver o seu governo sem sequer remodelar os ministros mais incompetentes, trapaceiros e odiados pela população (e até por sectores da própria base de apoio dos partidos do governo) como é o caso gritante do ministro Miguel Relvas.

A que se deve esta enorme capacidade de sobrevivência? A méritos próprios? À teimosia habitual de quem se encontra no poder e se torna autista diante dos protestos populares? Ao apoio inequívoco

da troika e do presidente Cavaco Silva que não mexeu uma palha para acelerar a convocação, como se impunha, de eleições antecipadas? Ou à necessidade intrínseca de continuar a aplicar as furiosas medidas de austeridade contra praticamente toda a população menos os 1% de banqueiros e super ricos da sociedade portuguesa?

Há, sem dúvida, um pouquinho de todas estas variantes supra mencionadas, mas, de facto, em nossa opinião, não foram as causas fundamentais da manutenção no poder do inefável Passos Coelho. Por incrível e paradoxal que possa parecer é “à esquerda” no espectro político-partidário, que radica o segredo da longevidade do atual governo.

Nem sequer às limitações das massas, sempre invocadas de quem quer sacudir “água do capote”. Segundo foi consensual por toda a comunicação social, Portugal assistiu a manifestações de mais de um milhão de pessoas, de operários a comerciantes, de jovens a idosos, de desempregados a precários, de pequenos empresários da restauração a estivadores, de trabalhadores dos mais variados sectores sócio profissionais a reformados, centenas de milhares de pessoas saíram à rua e até consumaram de forma expressiva mais uma greve geral, em novembro de 2012.

Eleições, sim, mas lá mais para adiante

Mas porque razão responsabilizámos a esquerda em Portugal da longevidade do atual governo? Então não interessaria à esquerda, apoiada na contestação social, precipitar a queda de Passos Coelho e regressar, no caso do PS, rápido ao governo? Sim e não. Não negamos que a esquerda deseje a convocação de novas eleições, nas quais

seguramente a direita sairia claramente derrotada. Aliás quer o BE quer o PC já o reclamaram explicitamente. No entanto, parece-nos que esta nossa esquerda, o que deseja acima de tudo, é que sim se convoquem novas eleições mas ... lá mais para diante. Senão teriam, feito tudo, mas tudo o que estivesse ao seu alcance para agitar a contestação do último semestre do ano que agora terminou e obrigar as forças do poder a se desunirem, tornando inevitável a convocação de novas eleições ou a garantia de que o país passaria para um período bastante semelhante a um novo PREC (Processo Revolucionário em Curso), como aquele que lhe deu o nome entre 1974/75.

Se tal não aconteceu, desculpem-nos por avivar a memória de todos, é da clara responsabilidade destes três partidos que falam em nome da esquerda em Portugal. Senão recordemos. O PS nem sequer apresentou uma moção de censura ao atual governo, nem após o 15 de Setembro. Aliás, o PS é o partido mais hipócrita da situação política, anseia de novo o governo, esconde que tem enormes responsabilidades na crise atual, mas só quer governar depois que o PSD fizer todo o trabalho sujo.

O BE e o PC (bem como a CGTP, fortemente influenciada por este último partido) têm também sérias “culpas no cartório”. É certo que o BE apelou à manifestação do 15 de setembro (ao contrário do PC, que só convoca e se empenha nas suas “próprias” manifestações); é certo que todos os dias ambos contestam o governo; é certo que apresentaram uma moção de censura a Passos Coelho (ainda que, note-se, por separado, a divisão da esquerda sempre a funcionar...); e é certo

que se empenharam na greve geral de Novembro de 2012. Mas também é certo que deram fôlego (!) para o inimigo se repor.

O BE nunca deu continuidade (séria) à mega manifestação de 15 de Setembro, pelo contrário rapidamente aconselhou os seus apoiantes e demais sectores da população a acudir às manifestações rotineiras da CGTP. Ora é sabido que as últimas quedas de governos se devem, ou são claramente influenciadas, pelas megas manifestações por fora do aparelho do PC ou da CGTP, na verdade por fora de qualquer aparelho político institucional. Exemplo acabado do que afirmamos foram as gigantescas manifestações da Geração à Rasca, em março de 2011, que contribuíram para a queda de Sócrates, e as do último 15 de setembro.

Mas a divisão que permanece no seio da esquerda (apesar da retórica atual dos dirigentes do BE e do PC favoráveis a alguma unidade) também se revela um contributo estimável para a permanência da direita no poder. É que ninguém vê uma alternativa ao tradicional rotativismo ao centro entre um Passos Coelho ou um governo de António José Seguro. Na verdade, está na hora de novos acontecimentos. Novas mobilizações de massas contra os cortes de salários que aí vêm no final deste mês de Janeiro para acelerar de novo as possibilidades de queda do governo e, no plano político, o surgimento de uma nova alternativa para renovar a esquerda em Portugal. Não é presunçoso afirmar que, no curto período de tempo que se pode mostrar ao país (e sem eleições), o Movimento de Alternativa Socialista (MAS) se tem revelado uma força política a ter em conta e que já fazia falta.

Gil Garcia

O FMI já manda aqui! Fora!

Parece provocação, mas quando ainda nem sequer sabemos o valor do salário que iremos receber no final deste mês aparece mais uma bomba. Governo e FMI (troika) querem simplesmente despedir até 20% dos funcionários públicos, entre os quais 50 mil professores, e cortar até 7% dos seus salários e 20% nas pensões. Além de aumentar o valor das taxas moderadoras e das propinas pagas nas universidades públicas. Tudo isso para poupar 4000 milhões de euros na despesa do Estado a partir de 2014 para garantir que os juros da dívida sejam pagos, que a banca continue a ser financiada

e que a meta do défice possa ser cumprida.

Segundo o relatório com as “sugestões” do FMI, feito com a participação de dez ministros e cinco secretários de Estado, os polícias, militares, professores, médicos e juizes têm “demasiadas regalias”. A proteção social, para o FMI, seria “demasiado dispendiosa”, e o subsídio de desemprego, “demasiado longo e elevado”.

O modelo grego

Desta forma, Portugal está cada vez mais próximo da situação grega. Os suicídios estão a aumentar e já superam os aciden-

tes de viação. A mortalidade infantil, um dos indicadores dos quais os portugueses se podiam orgulhar, também tem vindo a subir. Em 2011, alcançou valores de há dez anos em nove regiões do país, entre as quais a Amadora.

Se as medidas do governo estão a deixar o país mais pobre, também não estão a servir para reduzir o défice (que só se mantém dentro das metas acordadas com a troika devido a expedientes como o Fundo de Pensões da banca, em 2011, e a privatização da ANA, no ano passado) nem a dívida pública, como apregoa o governo. A dívida alcançou 120,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em setembro, um máximo histórico. No final de 2008, estava nos 71,7% do PIB. Quem

ganha com isso são os especuladores, isto é, o sistema financeiro: a compra de obrigações portuguesas proporcionou aos investidores um lucro de 57%, a taxa mais alta obtida com títulos europeus. Conclusão: a morte dos portugueses é um negócio lucrativo para os grandes capitalistas internacionais.

É preciso uma resposta à altura

Já está claro para quem quer ver que isso não vai mudar com greves gerais de um dia, decretadas sem a devida discussão e preparação pela base; com manifestações em que as pessoas não podem falar, fazer propostas e manifestar a sua indignação; sem uma ampla unidade entre todos

os sectores que estão a ser prejudicados e se colocam contra a troika, a austeridade e este governo.

É preciso também rever certas propostas políticas que não respondem à radicalidade da situação que estamos a viver. É hora de propor, sem hesitações, a suspensão do pagamento da dívida e a discussão da saída de Portugal do euro, como já estão a defender vários economistas. Este é o caminho alternativo para romper com o que já estamos a trilhar a passos largos, no sentido da neocolonização do país.

É hora de repensar a sociedade em que vivemos, e discutir as propostas para Portugal inserido numa Europa socialista.

Cristina Portella

O povo odeia os políticos... e a esquerda?



Oliveira e Costa, ex-presidente do BPN, acusado de burla, fraude fiscal e branqueamento de capitais, e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de um dos governos de Cavaco Silva; Dias Loureiro, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios, dona do BPN, ministro dos Assuntos Parlamentares e da Administração Interna nos governos de Cavaco Silva; e o próprio atual presidente da República ao lado dos amigos.

“Políticos? São todos iguais!” É esta a opinião da maioria. Podemos indignar-nos com a abusiva generalização deste desabafo. Mas a generalização dos abusos que geram este sentimento é que deve indignar a esquerda. Perceber que essa raiva social é um sinal da desilusão massiva com a falsa democracia que nos rege é necessário, para saber canalizar a indignação popular para uma luta consequente.

Porque se indigna o povo?
Num momento em que os salários são cortados, dos bolsos dos contribuintes saem mais de 9 milhões anuais para pagar reformas douradas, e os administradores de empresas como Carris e CP - e não os seus funcionários - recebem acima de 6 mil euros por mês, e o dos CTT, o dobro. Os casos obscuros que envolvem os principais políticos - os submarinos de Portas, a licenciatura de Relvas ou o Freeport de Sócrates - são incontáveis. Quem impõe os cortes não sofre com eles e essa injustiça traz milhares para a luta.

BPN: privilégios e impunidade!
O caso BPN talvez seja o mais ilustrativo. Há pouco tempo, o semanário Expresso provou que os amigos e ex-ministros de Cavaco Silva “não estão a pagar o que devem”. Além de se negarem a pagar dívidas que foram asseguradas pelo erário público - por exemplo Arlindo de Carvalho, ex-ministro de Cavaco, tem “59,5 milhões em incumprimento” - sete dos responsáveis pelo descalabro têm hoje cargos na Parvalorem, a sociedade pública que gere as dívidas do BPN!

Por exemplo, Luís Pereira Coutinho, que analisava as garantias dos grandes clientes do BPN, aqueles que nunca pagaram, é hoje quem analisa o risco na Parvalorem! Já dos 12 principais acusados do caso BPN, nenhum foi parar à prisão.

Quem é a “classe política”?
É esta a “classe política” que o povo odeia. Os que saltam dos governos para as administrações - Miguel Cadilhe, das Finanças para o BPA, Braga da Cruz, da pasta da Economia para a EDP, Mira Amaral, dos governos do Cavaco, para o BPI e agora o BIC, entre centenas de outros... - os que vivem do erário público, como o Grupo Parlamentar do PS, que “só” gastará 210 mil euros em automóveis, ou Sócrates, Portas e Relvas, impunemente atolados em negócios ruinosos para o estado. É claro que, sociologicamente esta não é uma classe, mas uma espécie de casta privilegiada que governa o país em nome da classe exploradora.

Ódio popular à “classe política” é positivo
“Criminalização de todos os políticos” dizia uma faixa levada por cidadãos anónimos, no 15 de Setembro. Se levarmos à letra o que diz acharíamos um disparate populista. Mas seria cegueira não ver que a população quer ver julgada a elite que levou o país à miséria. Quer acabar com a falsa democracia em que vivemos e retornar ao projeto de Abril. E, como em 1974, exige um saneamento nas altas esferas do estado. Isso é justo e ajuda a luta a avançar. Por isso, o MAS ataca os privilégios dos políticos e defende prisão para quem roubou o país.

Manuel Afonso



Vereadora contra mordomias

No Brasil, Amanda Gurgel, eleita pelo PSTU, recebe diploma de vereadora e protesta contra aumento dos salários de vereadores e prefeito.

O mandato ainda não começou, mas a professora Amanda Gurgel já mostrou como serão os quatro anos de um mandato revolucionário na Câmara de Vereadores de Natal, capital do Rio Grande do Norte. A posse dos vereadores e do prefeito eleitos foi marcada por protestos contra o aumento dos seus salários.

Os protestos foram convocados pela Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre (ANEL). Com narizes de palhaço, faixas e autocolantes com os dizeres “Revogação do aumento! Chega de privilégios: salário de vereador = salário de trabalhador”, os estudantes pressionaram os vereadores eleitos a assinar um termo de compromisso pela revogação do aumento. Somente cinco vereadores assinaram o termo: além de Amanda Gurgel, dois do PSOL, um do PT, um do PCdoB e outra do PSDC.

Durante a solenidade, a cada anúncio de vereadores próximos da prefeita Micarla de

Sousa (PV), afastada por corrupção, os estudantes vaiavam. Amanda Gurgel foi aplaudida e recebeu o seu diploma de punho erguido com a palavra de ordem “Amanda, vereadora, professora, socialista e lutadora”.

“Não vamos dar sossego”
“A cerimónia já mostra um pouco do que vão ser os próximos anos. Ela aconteceu no meio de uma disputa do movimento social, dos estudantes, com a Câmara. O protesto causou incómodo entre os vereadores, mas será assim daqui pra frente. Não vamos dar sossego, ainda mais com um aumento desses, e com a cidade desse jeito”, disse Amanda.

Com o aumento aprovado, o salário do próximo prefeito de Natal sobe para R\$ 25 mil (cerca de 8 mil euros), e o dos vereadores passa de R\$ 15 para 18 mil (cerca de 6 mil euros). Um aumento de 78% no salário de prefeito e de 20% no dos vereadores. Isso num país em que o salário

mínimo é de R\$ 670,95, equivalente a pouco mais de 200 euros.

“A redução dos salários de vereadores e prefeito já era uma proposta do nosso mandato. O vereador tem de receber o mesmo que um trabalhador. Defenderemos na Câmara a revogação desse aumento e lutaremos para que os privilégios acabem”, assegurou Amanda.

O aumento torna-se ainda mais revoltante pelo caos em que se encontra a cidade. Enquanto vereadores e prefeitos receberão um salário quase 30 vezes maior que o salário mínimo, o governo encerrou o ano escolar mais cedo por falta de alimentos para os alunos e recursos para a manutenção das escolas. A saúde está em estado de calamidade, com vários centros fechados, e os bairros sofrem com a falta de transporte público e o lixo acumulado nas ruas.

Raíza Rocha (PSTU)

RUPTURA

Órgão oficial do Movimento Alternativa Socialista (MAS) www.mas.org.pt
Seção da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI)
Sedes do MAS:
Lisboa: Rua António Pereira Carrilho, nº 5, 2º.
Amadora: Rua Rainha D. Leonor, nº 15, lj.C
Coimbra: Rua Fernandes Tomaz, nº 69
Braga: Alameda de Fajal, lj. 39

Proprietário: Gil Garcia
Diretor: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projeto Gráfico: Nádia Martins
Capa: Pedro Varela
Contato: jornal@mas.org.pt
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Amadora

Colaboram neste número:
Ana Paula Amaral, André Traça, C.K., Daniel Veloso, Eduardo Veloso, J. A. Dias, João de Matos, Lina Pereira, Manuel Afonso, Manuel Neves, Mário Gomes, Nuno Geraldês, Nuno Santos, Otávio Raposo, Salomé Gonçalves



Uma luta histórica que ainda não acabou

Durante quatro meses os estivadores enfrentaram o plano do governo e da troika de precarizar os portos portugueses e protagonizaram a luta mais importante de 2013

Entre os dias 27 e 28 de dezembro acabou a greve às horas extraordinárias nos portos de Lisboa, Aveiro, Setúbal e Figueira da Foz. Durante os quatro meses que durou a luta dos estivadores, acostumámo-nos a vê-los por toda a parte, nas manifestações, protestos, na TV, na rádio... Eles estavam

sempre lá, a explicar a sua luta em defesa do trabalho com direitos e a refutar as mentiras que contavam sobre eles.

As mentiras eram várias, todas para jogar a população contra os estivadores e transformá-los nos maus da fita: ora diziam que eram uns espertalhões, a ganhar milhares de

euros por mês, ora que eram os responsáveis pelos prejuízos do país - 400 milhões de euros por mês, veja-se lá!

O objetivo era também deixá-los isolados, para que fosse mais fácil aprovar e implementar a nova lei do trabalho portuário, que restringe o trabalho de estiva aos navios e

amplia o trabalho precário no porto.

Até agora, por uma lei conquistada em 1995, os trabalhadores eventuais não podiam exceder a 25% do total. É essa lei, que garante direitos ao trabalhador, que a patronal, a troika e o governo queriam derrubar.

Lei aprovada

No dia 29 de novembro, os partidos do governo - PSD e CDS-PP - e o PS votaram a favor da nova lei dos portos. Só votaram contra o PCP, Bloco e Verdes. Do lado de fora da Assembleia da República, depois de uma manifestação pelas ruas de Lisboa, estavam centenas de estivadores, não só nacionais, como os seus camaradas da Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França e Suécia. Nesse mesmo dia, portos de vários países paralisaram as suas atividades em solidariedade com os estivadores portugueses.

Nessa mesma manifestação estiveram presentes alguns movimentos sociais, como a Plataforma 15 de Outubro, e militantes do Movimento Alternativa Socialista (MAS).

A lei aprovada é uma espécie de cavalo de Troia da desregulamentação do trabalho portuário na Europa. Depois de tentar introduzi-la em 2003, os chefes da comunidade europeia foram

obrigados a recuar devido ao bloqueios da classe em toda a Europa. Agora, a troika impôs que fosse Portugal a fazer o trabalho sujo.

Greve europeia

Em dezembro, estivadores da Dinamarca, França, Grécia, Itália, Portugal, Suécia, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Noruega, Holanda, Espanha e Estados Unidos reuniram-se em Barcelona para discutir um plano de luta contra as políticas neoliberais que estão a destruir emprego e minando as condições laborais dos trabalhadores portuários. Um dos pontos aprovados foi a realização de uma greve nos portos europeus no primeiro trimestre deste ano.

Isso mostra que a luta, apesar de a lei ter sido aprovada e da greve ter terminado, está longe de encerrar. A sua justeza pode ser observada, por contraste, com as condições de trabalho existentes nos dois portos que furaram a greve, o de Sines e Leixões. Neste último, apesar do aumento do volume de negócios em 2011, houve uma redução de 14% nos custos com pessoal. Lá, onde a nova lei já era aplicada antes da sua aprovação, 2/3 dos trabalhadores são precários.

A luta dos estivadores de Lisboa, Aveiro, Setúbal e Figueira da Foz é motivo de orgulho para todos nós. **C.P.**

Assim ninguém estuda!

Quantas bolsas foram cortadas para se tapar o buraco do BPN? Quantos passes sociais deixaram de existir, quantas vagas foram congeladas para que se pudesse pagar submarinos ou a dívida da Madeira?

Quando a austeridade é solução, o remédio é cortar. E cortam, pois; eles cortam tudo, e não deixam nada. A ação social é cada vez menor, e as propinas continuam a aumentar. Muitos alunos têm de abandonar o curso a metade do ano, pois não aguentam os custos elevados das propinas, valores aos quais se acrescem os custos reais de vida de um estudante universitário: passe, que já não é social - foi cortado - ; a habitação; os materiais escolares, nos quais se incluem os muitos livros e fotocópias; e a alimentação.

As cantinas estão caras, e cada vez mais se sente a falta de qualidade na alimentação dos estudantes portugueses. Fora as cantinas que já se fecharam em Coimbra, atente-

mos no recente fecho da cantina 2 da Universidade de Lisboa. Sobrará agora uma cantina pública para satisfazer as necessidades de todos os estudantes da Cidade Universitária... até ao dia em que não sobrar nenhuma.

Cortes no Orçamento

Veja-se: segundo o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), os cortes na fatia do Orçamento de Estado (OE) destinada à educação já representavam um golpe de 20% (cerca de 200 milhões de euros) nos orçamentos das universidades desde 2005, sendo que o OE de 2013 previa que houvesse uma nova redução, superior a 46 milhões de euros.

Algumas universidades decla-

ravam já que o ar-condicionado seria desligado em pleno inverno. "Não será possível às universidades cumprirem os orçamentos", dizia Carlos Braumann, pelo CRUP, à agência Lusa, em novembro de 2012.

Pouco depois, diante da pressão dos reitores, Nuno Crato declarou que o governo estava aberto ao diálogo com os reitores. Dialogaram, e negociaram: o ministro da Educação reduziu o valor previsto para os cortes, e a momentânea crise académica passou. Mas será que passou mesmo?

Nós, estudantes, sentimos na pele como este governo não representa os nossos interesses. Se representasse, não cortaria em sectores como a saúde ou a educação para dar



à banca e às grandes empresas. Se representasse, nós, estudantes, teríamos algo a dizer, aquando das negociações com o governo sobre os cortes que nos seriam imputados. Sabemos que não somos nós os culpados. Sabemos que a austeridade não é solução, e perguntamos: quantas bolsas foram cortadas para se tapar o buraco do BPN? Quantos passes sociais deixaram de existir, quantas vagas foram congeladas para que se pudessem pagar submarinos, ou a dívida da Madeira?

Nós, estudantes do MAS,

afirmamos que só será possível recuperar os nossos direitos da mesma forma como os conquistámos: nas ruas, com força. Identificamos os agentes propulsores da austeridade, e declaramos unidade com outros sectores sociais na luta contra a austeridade, pelo derrube do governo.

Exigimos um ensino superior público, gratuito, universal, democrático e de qualidade para todos e para todas, ao serviço dos estudantes, em que os nossos interesses sejam representados e respeitados!

João de Matos e Daniel Veloso (estudantes)

“Maré Branca” toma as ruas de Espanha

A poderosa luta dos trabalhadores da saúde em Espanha deixou as ruas do país tomadas por uma “maré branca”, em referência às batas dos médicos.

Devido à crise económica europeia, também em Espanha se aplicam os draconianos planos de privatizações na saúde por parte do governo. A privatização da gestão dos hospitais (que tem sido mais um buraco financeiro em Portugal, por exemplo) está posta em marcha, e, além dos ataques gerais aos trabalhadores, outras medidas específicas têm sido dirigidas ao sector da saúde.

Ignacio Gonzalez, presidente da Comunidade de Madrid, anunciou o “Plano de Sustentabilidade do Sistema de Saúde Público”, um nome pomposo para uma série de ataques que mais não visam do que destruir o sistema de saúde espanhol, como por exemplo a subida do preço dos medicamentos e a taxa de um euro por receita (já aplicada na Catalunha), que só pode ter por objetivo a dissuasão da prescrição médica.

A “sustentabilidade” do sistema de saúde espanhol, segundo o governo de Rajoy, implica também a privatização de muitos hospitais e inclusive a remodelação do Hospital de la Princesa, um dos principais hospitais da capital do país vizinho. As medidas, segundo os sindicatos, podem atingir mais de um milhão de utentes do sistema de saúde. A privatização dos hospitais precarizará médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, em mais uma violenta e desumana maneira de “salvar” o sistema de saúde. Este conjunto de medidas originou rapidamente respos-



tas em hospitais por todo o país, assembleias de trabalhadores multiplicaram-se, discutindo formas de luta para salvar postos de trabalho e para preservar um sistema de saúde essencial à vida da população.

A resposta nas ruas
Em vários hospitais foi convocada greve geral por tempo indeterminado, uma prova viva de que, em Espanha como em Portugal como no resto da Europa, os trabalhadores não só estão cansados dos

“planos de sustentabilidade” que lhes arrasam as vidas, como têm coragem e força para lutar e dizer não.
Em muitos hospitais, o dia-dia passou a ser de reuniões e manifestações que paravam o trânsito e tinham o apoio da população, que percebeu que o sistema de saúde é sustentado pelos seus trabalhadores, não pelos governantes que mais não querem que privatizar um bem essencial para entregá-lo como um negócio lucrativa à patronal.
“Este conflito tem caracterís-

ticas diferentes dos que temos vivido historicamente”, disse María José García, enfermeira do Centro de Saúde Vicente Soldevilla, de Madrid, ao jornal Página Roja, do partido Corriente Roja. “Até agora sempre foram dirigidos pelas centrais sindicais, mas agora são os próprios trabalhadores nos centros que se organizam através de assembleias e mecanismos de coordenação, entre os quais cumprem um papel importante as novas tecnologias: foros, Internet...”

Apesar da força da resposta, muitas das lutas têm sido canalizadas para negociações, e falta um esforço conjunto de união dos trabalhadores da saúde entre si e que junte ainda a população.
O arrastar da situação – desde novembro - só beneficia o governo; é preciso uma greve geral da saúde, que diga em unísono que a saúde pública, universal e de qualidade é um direito imprescindível e ao qual nenhum corte pode chegar.
M.N. (médico)



Em Portugal, governo quer eliminar camas nos hospitais e forçar o povo a não adoecer para poupar recursos

Após a greve dos médicos em meados do ano passado e de um acordo que a classe vê com desconfiança, as lutas da saúde estão num ponto de estagnação. O governo, pelo contrário, não para de atacar a saúde pública e os direitos da população.
Na véspera do Natal, divulgou um compromisso feito com a troika, na sexta revisão do memorando, para eliminar mil camas do Serviço Nacional de Saúde (SNS), através de fusões e fechos de hospitais e departamentos, iniciados em 2011. Sobre esta

medida, a Ordem dos Médicos lembrou que Portugal tem apenas 3,3 camas por mil habitantes, contra uma média de 4,9 nos 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e 8,2 na Alemanha.
Para a Organização Mundial da Saúde, o ideal são 4,5 camas por mil habitantes.
Mas os cortes não vão parar por aí. Dos 4 mil milhões que o governo já disse querer cortar nas despesas do Estado este ano, 3,5 mil milhões são para cortar nos ministérios da

Saúde, Educação e Segurança Social.
Após o anúncio de novos cortes na saúde e das inenarráveis declarações do secretário de Estado Adjunto do ministro da Saúde, Leal da Costa, praticamente pedindo aos portugueses para não adoecerem e recorrerem menos aos serviços de saúde, é tempo de trabalhadores e utentes se organizarem e lutarem nos seus postos de trabalho e nas ruas, contra um governo que não merece crédito e confiança, mas sim a demissão.
M.N.

A instabilidade continua na Grécia

Depois de a forte greve geral de 6 e 7 de novembro passado ter sido insuficiente para travar a aplicação conjunta de cortes orçamentais no valor de 13 500 milhões de euros e de novas medidas de austeridade impostas pela troika, a instabilidade continua a ser o elemento preponderante.

Apesar das propaladas melhores condições recentemente decididas pela troika para os empréstimos à Grécia e da operação financeira de recompra de títulos da dívida pública por parte do próprio Estado por um terço do valor nominal (mais quinze anos para pagar o dinheiro emprestado e respetivos juros, diminuição da taxa de juros e suposto corte de 40 000 milhões de euros no cômputo total da dívida), não parece haver nenhuma base para estabilizar a situação económica, social e política.

Basta ver que o desemprego não para a sua espiral diabólica (vai em mais de 26% e alcança quase os 60% na faixa dos mais jovens) ou que o chamado “caso Lagarde” (evasão fiscal em larga escala em bancos estrangeiros por parte do poder económico-político) pode vir a salpicar o conjunto do atual governo grego.

O quadro eleitoral

O cenário é parecido ao que se viveu nas eleições anteriores, mas comporta agora duas novidades. A primeira é extremamente positiva: o SYRIZA aparece agora à frente nas sondagens com uma margem superior a 4% face ao partido do odiado primeiro-ministro (área semelhante à do PSD/PP em Portugal). A segunda tem contornos bastante negativos: os neonazis da Aurora Dourada duplicaram nas intenções de voto e estabilizaram como terceira força eleitoral.

Entretanto os partidos do governo afundam-se ou estabilizam na mediocridade: a Nova Democracia perdeu a primeira posição para o SYRIZA, e os “socialistas” do PASOK (semelhante ao PS português) continuam a descida aos infernos e estão agora em volta dos 5%; os antigos progressistas do DIMAR (algo assim como uma força entre o BE/PCP e o PS) permanecem com uma pequena faixa de 4 a 5% depois de chegarem a ter quase 20% nas sondagens.

Situação da esquerda

Na consciência de muitos gregos, paira a ideia de que a inversão da política de desastre levada a cabo pelo governo grego e pela troika passará necessariamente por um novo processo eleitoral que leve o SYRIZA e a esquerda antitroika ao poder.

O SYRIZA continua, pois, a capitalizar o descontentamento popular, embora sem ter crescido muito nas intenções de voto desde que obteve 26% em junho e num contexto em que a sua direção procura centralizar uma dúzia de tendências internas, aliás com uma oposição de esquerda que conseguiu recolher mais de um quarto dos votos dos delegados no último Congresso (dezembro de 2012) em reação à política centralizadora de Tsipras e à sua aparente dogmatização de querer manter a Grécia atrelada ao Euro. Por sua vez, o ANTARSYA continua a sofrer a erosão provocada pela atração no voto útil do SYRIZA e não parece recuperar substancialmente do desastre eleitoral de Junho.

João Lopes



Falta mais democracia de base e radicalismo

Tornou-se comum referir que os gregos têm lutado com grande afinco contra os governos do seu país e contra a troika. Desde maio de 2010, data do primeiro memorando, até novembro de 2012, mês em que foi aprovado o terceiro memorando, houve mais de vinte greves gerais, das quais três foram de quarenta e oito horas (incluindo a de 6/7 de novembro passado). Também se tornou um truismo afirmar que nem assim conseguiram evitar as gravíssimas e sucessivas medidas que têm deteriorado bastante o seu nível de vida e a economia. Infelizmente, a realidade confirma até agora o truismo.

Estamos em crer que para enquadrar o falhanço de todas estas estoicas lutas dos trabalhadores e do povo gregos nada melhor do que trazer à colação a experiência do único movimento laboral que conseguiu travar medidas gravosas e centrais dos seus governos na Europa nas últimas décadas.

Lições da França

Salvo erro, apenas os trabalhadores franceses em novembro/dezembro de 1995, na luta contra o aumento da idade da reforma e do número de anos de descontos, foram capazes de levar o governo a abandonar completamente tais medidas e a dar ao conjunto do povo a sensação de vitória integral contra os governantes.

Em primeiro lugar, o com-

portamento exemplar dos ferroviários que, em assembleias de base decididas nas estações e sem controlo burocrático das direções sindicais, avaliaram dia-a-dia a situação e renovaram a greve durante cerca de três semanas seguidas.

Em segundo lugar, o peso que a extrema-esquerda sindical tinha neste sector e que permitiu passar por cima do controlo das direções da CFDT (uma espécie de UGT portuguesa, próxima ao PS e um pouco mais à esquerda) e da CGT (a central sindical controlada pelo Partido Comunista Francês e parecida com a nossa CGTP, mas sem o peso enorme que esta tem entre nós), dando depois uma força acrescida ao sindicato combativo SUD (infelizmente, não temos ainda nada parecido em Portugal), pois a maioria dos ativistas ferroviários da CFDT transitou para o mesmo.

Em terceiro lugar, a força que o movimento ferroviário transmitiu aos trabalhadores de outros transportes públicos, a boa parte da Função Pública e a sectores minoritários dos privados (como os mineiros da Lorena), arrastando dois milhões de trabalhadores para uma greve de três semanas que semiparalisou a França e conheceu alguns episódios de extrema violência contra as forças repressivas do Estado, como no caso dos mineiros da área de Metz que chegaram a investir “bulldozers” contra a polícia de choque. Sabendo que este *case-study* deve ser

melhor aprofundado por quem queira passar o nível das lutas simbólicas e deve inclusive ser complementado pelo estudo do movimento juvenil/sindical anti-CPE que também derrotou o governo francês em 2006, cremos que foram estas as razões essenciais que determinaram a vitória do movimento laboral sobre o governo francês em 1995.

Ainda sem vitórias

Infelizmente, nada disso aconteceu ainda de maneira evidente na situação grega. A ineficácia das greves gerais de apenas um dia ou de quarenta e oito horas ficou mais do que patente. A argumentação, muito difundida pelos dirigentes sindicais de topo, segundo a qual os trabalhadores não podem fazer greves mais prolongadas devido às suas deficientes possibilidades económicas terá certamente algum grau de razoabilidade e de apoio na realidade concreta, mas a verdade é que tal argumentação contribui de modo decisivo para tudo continuar na mesma e os governos continuarem a seu belo prazer a diminuir salários, atacar direitos e a fazer todas as malfeitorias que querem.

A prática de decidir os movimentos laborais de cima para baixo (no seu calendário, formas de lutas, caderno reivindicativo e mecanismos centrais de decisão) também está muito difundida nos dirigentes sindicais de topo, mas é algo cujo grau de razoabilidade é

muito discutível e cujos resultados ineficientes estão à vista na atual situação grega.

O exemplo da última greve geral de 6/7 de novembro é bastante elucidativo: a direção do ADEDY (o grande sindicato da Função Pública grega) votou por essa greve limitada, mas fê-lo de forma muito dividida, com 19 votos a favor (incluindo os sete votos da facção do Partido Comunista Grego) e 17 contra por dirigentes sindicais opositores que pretendiam uma greve prolongada de uma semana. Se no topo do sindicato houve um tal radicalismo, não há nenhuma hesitação em afirmar que as bases do sindicato teriam tomado uma decisão muito mais incisiva e representariam bem melhor o sentimento geral dos trabalhadores do que uma direção parcelarmente burocratizada por profissionais relativamente alheios ao duro quotidiano dos trabalhadores.

Aparentemente, a apreciação da maioria da direção sindical prevaleceu e a força da base laboral (sindicalizada ou não) foi simplesmente esquecida. O resultado está aí: o terceiro memorando passou, e o governo grego continua a aplicar toda a espécie de medidas gravosas. Por contraste com a lição do movimento vitorioso dos trabalhadores franceses em 1995, faltou democracia de base, radicalismo e fortalecimento de novas direções sindicais.

J.L.

Egito: novos capítulos de uma revolução

A luta popular mostra uma firme disposição em acabar de desmontar as peças do regime ditatorial, encerrar os novos faraós nos sarcófagos da história e passar de vez a mandar no país.

Dois anos passaram desde que a praça Tahrir, com as suas enchentes de milhões, nos começou a entrar casa dentro, mostrando o princípio do fim de uma ditadura de 30 anos que muitos julgavam indestrutível, num século em que muitos queriam fazer acreditar que as revoluções já só podiam ser encontradas nos livros de História.

Após a queda de Mubarak e vários dos seus sucessores, ora de farda, ora de fato e gravata, o protagonista – o povo egípcio – continua a fazer questão de ser quem mais ordena.

Há um ano, 2011 terminava com a primeira onda de protestos da era pós-Mubarak, a combater a usurpação do poder feita pela junta militar que havia herdado o poder das mãos do ditador. Esta junta era liderada por Mohamed Tantawi, um homem da confiança do antigo regime, que ocupara durante o mesmo as funções de ministro da Defesa e Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas.

Face à pressão popular, a junta cede prometendo transferir assim que possível o poder para uma autoridade civil a ser escolhida em eleições gerais, por sua vez composta por um presidente e por uma assembleia encarregue de redigir



uma nova constituição, a ser depois submetida a referendo.

A ditadura da Irmandade

Aqui entra em cena a Irmandade Muçulmana, o maior grupo político organizado do Egito, vindo de uma relação nem sempre pacífica, mas razoavelmente tolerada, com a ditadura de Mubarak – benesse que a maior parte da restante oposição não teve, desfeita na clan-

destinidade, nas prisões e em “desaparecimentos”.

A prova provada de como dependia e estava em dívida para com Mubarak é que a Irmandade não apoia os primeiros protestos quando estes começam corajosamente a enfrentar a polícia de choque para ocupar Tahrir e pedir o fim do regime. Só mais tarde, quando a maré revolucionária é imparável e a transição é inevitável, cavalgam

a onda e apresentam-se como ator político do novo Egito.

A Irmandade consegue ainda ganhar as eleições presidenciais, com o seu homem acabado de chegar ao poder, Mohamed Morsi, a mostrar vontade de ser um novo Mubarak, como quando decretou imunidade para si e para a comissão redatora da Constituição, ou como quando se atribuiu o poder de passar decisões e leis sem

supervisão judicial.

A maioria da Assembleia Constituinte vem a ser ganha pela Irmandade, que desde cedo afasta as outras forças representadas, redigindo à pressa uma Constituição supostamente baseada na lei islâmica, que em nada salvaguarda os direitos dos trabalhadores, das mulheres ou das minorias religiosas.

Por outro lado, como contrapartida à cedência de poder feita à Irmandade, a Constituição protege os militares, garantindo às suas chefias o Ministério da Defesa, poder de decisão à margem dos governos civis eleitos, assim como a manutenção da propriedade que estas controlam, estimada em 30% da economia egípcia.

A relação com os Estados Unidos, que contribuem anualmente com 1.3 mil milhões de dólares em ajuda militar, fica preservada, maneira de continuarem a garantir um Egito e uma Irmandade desirmanados dos povos da região e a pactuar com os interesses do imperialismo e com a política de ocupação do *apartheid* israelita.

André Traça

“O povo quer a queda do regime”

Mais uma vez, não é a vontade dos novos inquilinos do palácio presidencial a impor-se, mas, sim, as novas enchentes de manifestantes que têm lugar nas ruas do Cairo, Alexandria ou na frente das grandes fábricas de têxteis.

Por um lado, obrigaram Morsi a recuar no seu projeto de governar por decreto, por outro lado denunciaram o projeto de Constituição em que sentem que a maioria da população não está representada e por onde se insinua um tirano com tiques de faraó.

Volta-se a ouvir, pela primeira vez desde Fevereiro de 2011, “O povo quer a queda do regime!”. A oposição, fragmentada entre a esquerda, grupos cristãos e organizações burguesas laicas, divide-se entre o apelo ao boicote e o voto no “Não” no referendo constitucional. Os resultados finais da votação no meio de acusações sonoras de fraude eleitoral, dão a



vitória ao “Sim” à Constituição da Irmandade, num processo em que apenas foram às urnas 33% dos

eleitores.

Enquanto isso, Morsi quer convidar o FMI a intervir no país, que

parece esperar apenas que a poeira assente para aceitar o convite e, em troca de um empréstimo, apli-

car no Egito as receitas que estão em curso em Portugal, Grécia, Irlanda e outros países europeus. Ao que parece, um plano inicial com um brutal aumento de impostos foi, para já, abandonado por Morsi, encurralado pela contestação.

Tanto as cúpulas militares como a Irmandade provaram ser peças que sobraram do antigo regime, dispostas a manter o Egito no mesmo plano no que toca a direitos democráticos, nível de vida dos trabalhadores e subordinação aos interesses dos Estados Unidos e Israel. O movimento popular, pelo seu lado, mostra uma disposição firme em acabar de desmontar essas peças, encerrar os novos faraós nos sarcófagos da história e passar de vez a mandar no país.

A.T.